

ORDEM OU CONSULTA

A ex-diretora do Prodases Regina Borges reafirmou que recebeu, em 27 de junho de 2000, do então líder do governo, senador José Roberto Arruda, a determinação para que fosse retirado do sistema eletrônico de votação do Senado a lista com os votos dos senadores na sessão que cassou o mandato de Luiz Estevão. A determinação tinha como objetivo atender solicitação do então presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). "Ele (Arruda) me pediu claramente a emissão da lista de como votariam os senadores na votação do dia seguinte", disse Regina. "Saí de sua casa para cumprir uma ordem".

Arruda negou que tenha dado a determinação. E ainda caiu em contradição ao confirmar o que já negara. "O encontro ocorreu mesmo no dia 27. É verdade", declarou, mas sempre negando ter dado uma ordem. "Quero reafirmar: não houve uma ordem. Foi uma consulta amena", disse o senador, declarando que não podia ser responsabilizado pela forma como ela interpretou a consulta. "Até aceito que houve essa indução, mas reafirmo que fiz uma consulta".

De acordo com a ex-diretora do Prodases, a palavra consulta é descartada, absolutamente. "Já mais, se me fosse, ou pedido ou consultado, para verificar a segurança do sistema do ponto de vista do resultado da votação, eu tomaria uma decisão de ir lá, violar um sistema, trazer a lista e mostrar aquilo como uma prova da segurança do sistema". Mas afirmou que fizera a consulta a pedido de ACM. O senador baiano, entretanto, reafirmou que nunca pediu a Arruda que fizesse a consulta em seu nome. "Não dei nenhuma autorização ao senador Arruda para tratar com a doutora Regina sobre qualquer assunto", afirmou Antonio Carlos. Arruda reiterou: "Os fatos falam por si".

O MOTIVO

Regina declarou que, na conversa com Arruda, ficou claro que a vontade de ACM era ter a lista com os votos. Arruda negou. Dis-

Ronaldo de Oliveira



O RELATOR SATURNINO BRAGA (PSB-RJ) APRESENTARÁ SEU RELATÓRIO PEDINDO A ABERTURA DO PROCESSO POR QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR

se que a preocupação dele próprio e de Antonio Carlos era com a segurança do sistema. Mas ACM negou interesse prévio na lista: "Para quê eu iria querer a lista?", questionou. Também Regina contestou essa versão de Arruda. "Eu me recuso a aceitar essa colocação de que o pedido era para proteger a segurança do sistema", afirmou. ACM confirmou que tratou com Arruda da questão. "Não só com o senador Arruda algumas vezes, como com outros senadores da oposição e do governo, sobre a possibilidade que se falava de que o painel poderia ser violado pelo senador Luiz Estevão para modificar a votação provável que seria contra ele", afirmou. Segundo Regina, a questão da segurança não era o motivo: "Se naquele momento ele (Arruda) tivesse verificado que era só para segurança e não para lista, eu teria tempo ali de abortar a operação".

O TELEFONEMA

A ex-diretora do Prodases reafirmou que manteve uma conversa com Arruda na manhã da votação para confirmar que seria possível extrair a lista do painel. Ela conversou com o senador por telefone na manhã do dia 28, anunciando que o sistema já havia sido modificado para obter a lista dos votos. Por diversas vezes, Regina declarou que falou com o próprio Arruda e que havia tomado as providências necessárias. Arruda negou. Afirmou que, naquela manhã, ela teria buscado conversar com ele, ligou para o seu gabinete por duas vezes, mas não conseguiu localizá-lo. Quando ligou no celular do ex-líder tucano, ele não teria atendido. "Lembro bem que naquele dia procurei não atender nenhum telefonema porque havia pressões muito fortes em Brasília nos dois lados, de pessoas querendo falar comigo, coisas desse tipo. E ela teria deixado um recado no serviço de mensagem eletrônica", afirmou. Só no final da tarde, Arruda teria retornado a ligação. "Sinceramente, não tinha lembrança dessa ligação", disse Arruda. "Essa ligação não houve".

O CONTEÚDO

Regina Borges declarou, novamente, que Arruda sabia que o envelope pardo entregue ao seu assessor Domingos Lamoglia, no final da tarde do dia 28, continha a lista com os votos secretos dos senadores. O senador afirmou que ela apenas teria lhe avisado que tinha um documento importante para lhe entregar. "A fala foi muito rápida e quando ela disse que estaria naquele lugar eu pedi ao doutor Domingos até ali também, sem saber exatamente o que era, apenas disse a ele que era alguma coisa que eu deveria entregar ao pre-

sidente e que ele fosse lá para buscar para mim", afirmou. "Até ali, eu não tinha visto falar e nem tinha falado de lista, relação (com os votos dos senadores). Eu não sabia qual a natureza do documento que ela me entregaria".

A LIGAÇÃO DE ACM

Regina não foi clara sobre os termos do telefonema. Não voltou a afirmar que ele lhe agradeceu o envio da lista. Disse que ficou tranquila após a ligação, porque tinha dúvidas se ACM receberia a lista. "O essencial, o substantivo, para mim naquele momento era uma conotação de que tinha chegado lá. Que tinha chegado nas mãos dele (ACM)", afirmou. "Naquele momento eu queria ter aquela certeza e na medida que eu tive e se foi um elogio, uma tranquilização, naquele momento, confesso que tudo isso, elogio ou tranquilização, era de menor importância". ACM reafirmou ter tranquilizado a funcionária, mas negou ter agradecido a ela pelo envio da lista, resultado da violação do painel. Arruda confirmou que ACM procurou tranquilizar a funcionária: "A ligação foi realmente muito rápida, e o que é o final da ligação, para mim, é a tranquilidade que a doutora Regina sabia que eu tinha entregue a ele".

A REPRIMENDA

ACM havia dito em seu primeiro depoimento, semana passada, que, na ligação que fez de seu gabinete a ex-diretora do Prodases, a havia repreendido. Regina negou que tenha sido repreendida nem "admoestada em nenhum momento pela violação do painel nem mesmo posteriormente". Ontem, Antonio Carlos que havia dito ter

"admoestado" Regina pela violação do painel, voltou atrás. Teria feito a reprimenda em outra ocasião, por outro motivo. O senador baiano reiterou as explicações para o fato de não ter tomado providências contra Regina pela violação do sistema, confirmando a tese de que jamais determinou a fraude do painel. Segundo Antonio Carlos, a necessidade de zelar pela imagem do Senado era maior. "Não poderia colocar em risco essa votação (a cassação de Luiz Estevão) jamais. Acho que fiz o bem e não o mal", afirmou. "A doutora Regina é uma funcionária correta e disciplinada".

AS RAZÕES DO ENCONTRO

No início de março deste ano, Regina procurou ACM para discutir a questão do painel eletrônico. A reunião ocorreu na casa da assessora do senador baiano, Isabel Flecha de Lima. O encontro foi para tratar das notícias sobre a violação do painel, pois já estavam circulando notícias de que o caso tinha relação com a troca de empresas que faziam a manutenção do sistema de informática do Senado. "Senti que havia um problema enorme", declarou a ex-diretora do Prodases. "O que poderia advir do laudo da Unicamp (sobre a violação do painel)". ACM confirmou o encontro. Mas disse que estiveram juntos, a pedido de Regina, para tratar de assuntos administrativos. "A doutora Regina estava preocupada com injustiças que poderiam acontecer com ela, tendo em vista que estavam fuçando para ver se poderia pegá-la em falta grave", declarou. De acordo com Antonio Carlos, o assunto da violação do painel foi tratado apenas superficialmente.